

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão Mista retoma tramitação do Orçamento de 2025.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tendências de prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil (Artigo).....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Temporários já são 7,2% dos funcionários públicos.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Emperra contratação de servidores fora do regime jurídico único.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Justiça estadual livra contribuintes de ITCMD sobre distribuição desproporcional de lucro
.....12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Dor econômica" breve de Trump é vista com desconfiança nos EUA.....14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Freada brusca nos EUA deixa de ser "impensável".....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB nominal menor eleva pressão na dívida pública.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retaliações da China e Canadá intensificam guerra comercial.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil negocia aumento da cota de exportação de açúcar para os EUA.....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Alckmin defende redução de ICMS para alimentos.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado sofre efeito Trump.....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Temor de recessão e incertezas sobre tarifaço derrubam Bolsas.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

A dança dos problemas em 40 anos de democracia.....24

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Gleisi assume ministério e promete 'ajudar' pauta econômica de Haddad.....26

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Gleisi chama líderes da Câmara para almoço no Planalto em seu primeiro dia como ministra
..... 28

Comissão Mista retoma tramitação do Orçamento de 2025

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional retoma nesta terça-feira (11) as atividades com o objetivo de concluir a análise e a votação do Orçamento-Geral da União para o exercício de 2025. Após um período de impasses e atrasos - sobretudo em torno das emendas parlamentares -, a expectativa é que o relatório final seja apreciado e votado entre os dias 18 e 19 deste mês, conforme anunciado na semana passada pelo relator do texto, senador Ângelo Coronel (PSD-BA).

A suspensão do pagamento de emendas pelo ministro Flávio Di-no, do Supremo Tribunal Federal (STF), é considerada o principal motivo para a demora na análise da matéria. Anunciado próximo ao Natal, o congelamento dos pagamentos foi justificado pela falta de transparência e rastreabilidade na distribuição dos recursos. Um acordo celebrado antes do Carnaval liberou as emendas.

Houve, porém, outros entraves na tramitação. A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do corte de gastos, por exemplo, também ganhou prioridade na agenda legislativa, postergando a análise da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Coronel, que está insatisfeito com o diálogo com o governo, chegou a manifestar preocupação com a "demonização" das emendas, ressaltando que grande parte desses recursos é destinada ao setor da saúde, auxiliando hospitais conveniados ao SUS. Enfatizou, ainda, a necessidade de conciliar as novas regras de transparência com as demandas dos municípios, ao dizer que as emendas são fundamentais para o funcionamento dos serviços.

Aprovado em dezembro, o relatório preliminar de Coronel fixa as receitas e despesas deste ano em R\$ 5,86 trilhões, dos quais R\$ 1,65 trilhão serão direcionados ao refinanciamento da dívida pública. As despesas primárias obrigatórias representam a maior parte dos orçamentos fiscal e da **seguridade social**, com fatia de quase 67%, ou R\$ 2,7 trilhões. Já as despesas primárias discricionárias - excluindo o Novo PAC -, representam 4,2% do total, com R\$ 169 bilhões.

O texto prevê um crescimento real de 2,64% para o **PIB** em 2025, um pouco acima da projeção divulgada semana passada pelo governo, de alta de 2,3%. Já a

inflação acumulada para este ano é estimada em 3,3% no relatório preliminar.

A eventual necessidade de inclusão de novas despesas nesta fase da tramitação enfrentaria obstáculos. O período para apresentação de emendas ao Orçamento de 2025 encerrou-se em 5 de dezembro. Além disso, qual-

quer tentativa de inclusão de gastos adicionais demanda a identificação de fontes de financiamento correspondentes, o que poderia exigir ajustes complexos e prolongar ainda mais o processo de aprovação.

Ainda assim, o governo pretende pedir alguns ajustes. O líder no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse na segunda-feira (10) que integrantes do Executivo devem se reunir esta semana com Coronel para discutir as possibilidades. O encontro, que está sendo alinhado com a Casa Civil, deve contar com a presença da ministra do Planejamento, Simone Tebet, ou algum representante da pasta.

Entre os pontos que o governo tenta ajustar está o valor previsto para o vale-gás, que teve a ampliação para mais de 20 milhões de beneficiários anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto do ano passado. A previsão na peça orçamentária encaminhada pelo Executivo trazia R\$ 600 milhões para o benefício, mas a previsão com a alteração é de R\$ 3,4 bilhões.

Outra alteração que ainda não teve o martelo batido trata da inclusão dos recursos do programa Pé-de-Meia no Orçamento. A ideia do Ministério da Fazenda é que o programa entre apenas após o prazo de 120 dias dado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), através de um projeto de lei do Congresso Nacional.

Após a apresentação do relatório final de Coronel, a CMO deverá discutir e votar o parecer. Uma vez aprovado na comissão, o texto segue para apreciação da Câmara e do Senado. O presidente da CMO, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), chegou a agendar a votação para esta terça, mas a data foi postergada para 18 ou 19 de março. Após a aprovação no Congresso, o texto segue para sanção presidencial.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=12§ion=1>

Tendências de prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil (Artigo)

Por Filipe Batich e Rhasmye El Rafih

As últimas medidas do governo federal têm indicado que a prevenção à lavagem de dinheiro é uma prioridade crescente. Para combater esse problema, os órgãos de regulação, controle e persecução têm atuado de forma cada vez mais integrada, acompanhando a sofisticação progressiva desses ilícitos. Essas medidas têm causa. Se na Avaliação Nacional de Riscos de 2021 o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) classificou o risco geral de lavagem de dinheiro no Brasil como "médio", em 2023, a avaliação mútua do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (Gafi) o elevou para "significante".

Os principais riscos apontados foram a vulgarização de operações de dólar-cabo, a frequência de transações utilizando laranjas e empresas de fachada, a habitualidade de crimes tributários, as vulnerabilidades do setor imobiliário, o aumento do uso de criptoativos, a informalidade econômica, ameaças transfronteiriças e fato de o Brasil ser o maior centro econômico e financeiro da América do Sul. Do ponto de vista operacional, as vulnerabilidades brasileiras estão no número insuficiente de analistas do Coaf, acesso limitado a informações sobre beneficiários finais de transações e informações incompletas fornecidas por setores obrigados a combater a lavagem de dinheiro.

Entre as ações de aprimoramento recomendadas pelo Gafi, destaca-se o fortalecimento da cooperação interna entre órgãos públicos no compartilhamento de informações. Desde então, as autoridades têm ido além da mera coleta de dados, criando uma inteligência unificada a partir do monitoramento já existente. Essa cooperação avançou significativamente em 2024 e continua sendo uma prioridade para os próximos anos.

Logo nos primeiros meses de 2024, a **Receita Federal** editou a Portaria nº 393 para permitir que auditores fiscais encaminhem provas de suspeitas de lavagem de dinheiro, por meio de Representação Fiscal para Fins Penais, diretamente ao Ministério Público Federal. Na mesma época, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o compartilhamento espontâneo ou mediante requisição, inclusive por

autoridades policiais, de Relatórios de Inteligência Financeira do Coaf, sem necessidade de autorização judicial (Reclamação 61.944/PA). Essa medida também está alinhada às recomendações do Gafi.

No mesmo período, um novo setor econômico passou a adotar medidas de combate à lavagem de dinheiro no Brasil: os agentes operadores de apostas de quota fixa (bets). Suas obrigações foram estabelecidas na Portaria 1.143/2024 da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, e já há articulações para o intercâmbio de informações e ações de monitoramento com o Coaf.

No recém-lançado Plano de Integridade e Combate à Corrupção, a Controladoria Geral da União (CGU) estabeleceu 260 ações a serem implementadas por ministérios, agências reguladoras e órgãos federais entre 2025 e 2027. Essas ações estão divididas em cinco eixos estratégicos: controle da qualidade no uso dos recursos públicos; integridade nas relações entre Estado e setor privado; transparência e governo aberto; combate à corrupção; e fortalecimento institucional. O Coaf foi mencionado em duas ações relevantes no eixo de combate à corrupção.

A primeira, a ação nº 225, prevê a celebração de acordos técnicos entre a CGU e o Coaf para "fortalecer a articulação e cooperação interinstitucional voltadas ao aprimoramento do uso de inteligência financeira no combate à corrupção relacionada ao crime organizado". O primeiro desses acordos, assinado em dezembro de 2024, estabelece uma atuação integrada entre os órgãos por 60 meses, com foco na proteção do patrimônio público federal, na prevenção e repressão à corrupção, à lavagem de dinheiro e a crimes correlatos.

Entre as obrigações assumidas por CGU e Coaf estão previstos: intercâmbio de informações, conhecimentos, metodologias, experiências e tecnologias; colaboração no desenvolvimento de ações e projetos de aperfeiçoamento de soluções tecnológicas para aprimoramento de processos; credenciamento de servidores de ambos os órgãos para acesso a bases de dados de interesse comum, respeitando normas de segurança da informação - lembrando que muitas informações processadas pelo Coaf são protegidas por sigilo bancário -; fortalecimento de mecanismos de combate à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro; e

capacitação mútua por meio de cursos de formação, aperfeiçoamento profissional, intercâmbio de treinandos e instrutores, pesquisas e eventos.

Além da cooperação interinstitucional, a ação nº 185 prevê que o Coaf elabore e difunda estudos sobre novas formas de lavagem de dinheiro, com foco na corrupção relacionada à criminalidade organizada. Dessa forma, é possível que os relatórios periódicos do órgão destaquem casos que envolvam corrupção e organizações criminosas. Isso deve contribuir para uma atuação mais proativa e eficaz das autoridades, ampliando o conhecimento sobre os aspectos práticos desses ilícitos, especialmente no contexto da corrupção pública.

A preocupação em atender às recomendações do Gafi é grande e o Coaf, por exemplo, já publicou a Resolução 6/2025, determinando a continuidade do processo de revisão da matriz de riscos, com base nos padrões recomendados pelo Gafi.

Todas essas iniciativas demonstram um esforço conjunto de diversos órgãos, entre os quais Coaf, CGU, **Receita Federal**, Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal para consolidar o Brasil como um ambiente seguro para investimentos responsáveis, e que repudia a utilização de sua atividade econômica para atividades criminosas.

A atual agenda de prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil reflete um movimento claro em direção a uma maior integração de informações por meio da cooperação entre as autoridades, demonstrando um compromisso renovado com a integridade e a transparência. Os acordos de cooperação técnica, a produção de estudos sobre corrupção e a atualização da análise de riscos não apenas superam limitações existentes, mas também alinham o Brasil às melhores práticas, e sinalizam que o mercado brasileiro é confiável para investimentos internacionais.

Filipe Batich e Rhasmye El Rafih são, respectivamente, sócio e associada do Madrona Fialho Advogados nas áreas de White Collar e Compliance.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=1§ion=1)**

Temporários já são 7,2% dos funcionários públicos

CASSIA ALMEIDA

O número de **servidores públicos** dobrou no país em todas as esferas e poderes de 1995 a 2022, mas esse avanço foi concentrado nos municípios, onde o crescimento foi de 220,5%. E as prefeituras têm recorrido cada vez mais aos trabalhadores temporários. Entre 2003 e 2022, passou de 38,5 mil para 716,2 mil o total de **servidores públicos** sem vínculo definitivo em todas as esferas de governo no Brasil, segundo o Anuário do Gestão de Pessoas do Serviço Público, de 2024, do Instituto República.org. Os temporários já representam 7,2% de todo o funcionalismo.

Na quarta reportagem da série Estado (in)eficiente, especialistas avaliam que o trabalho temporário tem sido usado como expediente para dar mais flexibilidade e reduzir custos de contratação. Mas alertam que o modelo cria riscos, como judicialização e nepotismo.

As atribuições impostas pela Constituição de 1988, de saúde e educação para todos, são uma das principais explicações para o aumento expressivo de trabalhadores nas prefeituras. Tanto que a maior parte dos profissionais no serviço público brasileiro é formada por professores de ensino básico, e a ocupação que teve o maior crescimento foi a de técnico de enfermagem, segundo o anuário do Instituto República.org. Pesa também a criação de novos municípios no Brasil. Em 1980 eram 3.974 e agora são 5.570.

- Esse aumento está relacionado à prestação de serviços sociais, de saúde, educação e assistência social. Os municípios têm buscado alternativas mais baratas, como a contratação temporária - diz Vera Monteiro, professora da FGV e conselheira da República.org.

MAIOR NA EDUCAÇÃO

Esse tipo de admissão temporária pelo Estado foi permitido por lei federal para suprir lacunas, como licenças médicas, atração para locais de difícil acesso, recenseamento, epidemias e projetos especiais, mas está se tomando uma prática comum.

Na educação a presença é maior: mais de 50% dos

professores do ensino básico são temporários, alerta Cibele Franzese, que foi secretária adjunta de Gestão do Estado de São Paulo e é professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV-SP. Na educação, a contratação temporária é mais forte por não ser permitida a terceirização ou parcerias com ONGs, como na saúde e nas creches. A legislação não permite.

-Tem estados com 80% de temporários na educação. E normal ter esse vínculo para substituir os que não estão em sala de aula, em licença médica, a escola não pode parar. Mas não pode chegar à metade da rede - diz Cibele.

Renata Vilhena, presidente do Conselho do República.org, lembra que a situação toma contornos curiosos. Em Minas Gerais teve servidor temporário que requereu aposentadoria na Justiça após décadas vinculado ao estado.

- Há muita insegurança jurídica, não ficam claros os direitos desses trabalhadores. Eles ficam às vezes por décadas - diz Renata.

Uma série de entidades voltadas para melhoria da gestão pública prepara proposta de regulamentação dessa categoria de profissionais no funcionalismo. A lei federal que permite esse tipo de contratação trata apenas das circunstâncias nas quais os governos podem admitir nesse tipo de vínculo, mas não contempla direitos. Sem isso definido, a Justiça vem recebendo mais ações com pedidos de pagamento de décimo terceiro salário, licença maternidade e férias remuneradas.

Há um grupo que une Repu-blica.org, Movimento Pessoas à Frente, Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) e outras entidades fazendo um levantamento das condições dos trabalhadores para fazer uma proposta.

-O Brasil precisa de lei que tenha abrangência nacional diante do aumento significativo na contratação de temporários -diz Vera, da FGV.

Além de direitos como férias e adicional, décimo terceiro salário, licença-maternidade, aviso prévio e que a remuneração não seja inferior a um salário mínimo, a proposta vai fixar limites para o uso do

expediente no serviço público.

-Tem que impedir o nepotismo, a contratação do amigo do prefeito, do primo do prefeito - diz Vera.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, atribui o aumento às demandas impostas pela União:

-Há décadas a conduta de parte do Congresso, Executivo e Judiciário está fazendo quase um caos nas prefeituras do Brasil, principalmente na área social.

TENDÊNCIA DE ALTA

Ziulkoski reclama que foram criados mais de cem programas, por decreto ou portaria, sem se respeitar o limite de 60% da receita corrente líquida para gasto com pessoal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

-Em 2022, temos 7,6 milhões de funcionários públicos (federal, estadual e municipal). Em 2010, eram 5,8 milhões. É tudo na área social. De cada dez servidores, seis estão nos municípios. E a União e os estados, não fazem nada?

Ele cita o piso do magistério e a adoção do turno integral como novas responsabilidades dos municípios:

- Parece que estamos inchando o quadro, mas tudo (serviços) passou para a ponta, para o município.

Ele minimiza o efeito da alta do número de municípios no crescimento do pessoal:

- São cargos políticos, as pessoas confundem. E se for observar, os indicadores sociais são melhores nas cidades menores.

Atualmente, o Brasil tem mais de cem cidades com até dois mil habitantes.

Jessika Moreira, diretora -executiva do Movimento Pessoas à Frente, diz que a tendência é aumentar o uso de temporários no serviço público. Ela cita pesquisa preliminar feita em Pernambuco que mostra que um servidor estatutário ganha 140% a mais que um temporário:

-A tendência é crescer.

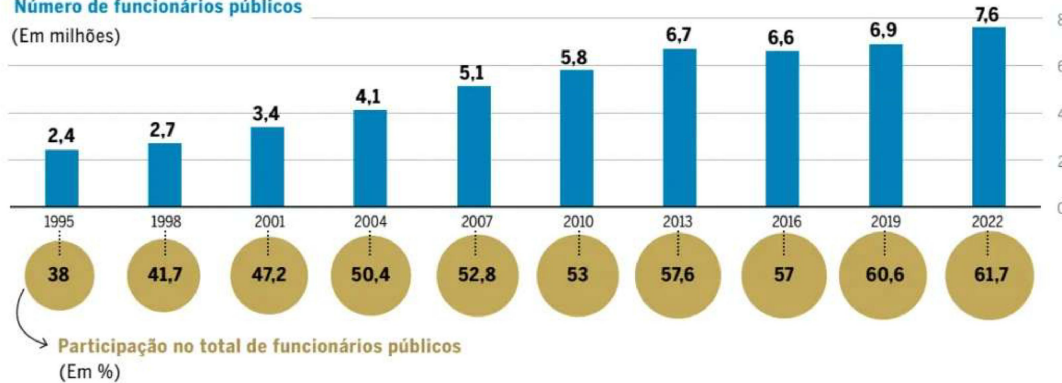
Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



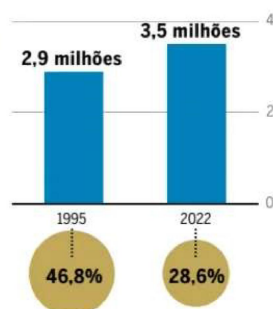
O AVANÇO DO FUNCIONALISMO NOS MUNICÍPIOS

Número de funcionários públicos

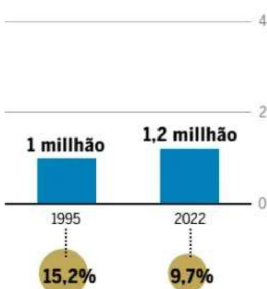
(Em milhões)



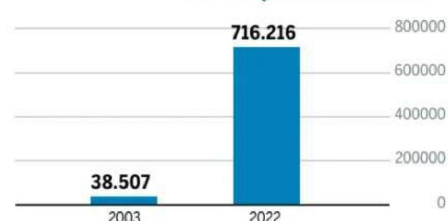
Nos Estados



No governo federal



AVANÇO DOS
TEMPORÁRIOS
(Em %)



Já representam **7,2%**
do total de **funcionários
públicos**

Fonte: Anuário de gestão de pessoas no serviço público, da República.org, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)

EDITORIA DE ARTE

Emperra contratação de servidores fora do regime jurídico único

Quatro meses depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) acabar com a obrigatoriedade de o poder público adotar o regime jurídico único (RJU) para a contratação de servidores, o governo federal e demais entes subnacionais ainda esperam um acórdão da corte para avaliar como e se de fato implementarão as mudanças. A discussão, que começou há duas décadas, é o tema de mais uma das reportagens especiais que o Valor tem publicado nas últimas semanas sobre a eficiência do Estado. Na visão de autoridades e especialistas, além de dar mais flexibilidade à máquina federal, em um passo em direção a uma reforma administrativa mais ampla, a medida pode, por exemplo, reduzir as despesas previdenciárias do Estado.

Como publicado pelo Valor com base em levantamento realizado pela LCA Consultores, em julho de 2024 havia 12,695 milhões de pessoas ocupando cargos públicos no Brasil, número recorde. A maioria, 7,4 milhões, era formada por funcionários de prefeituras.

O RJU é um regime de contratação que garante uma série de benefícios aos servidores, como estabilidade após três anos de estágio probatório e condições diferenciadas de aposentadoria. Em novembro do ano passado, o STF formou maioria para declarar constitucional trecho da reforma administrava apresentada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995 e aprovada três anos depois.

O ù echo em questão acabava com a obrigatoriedade da adoção do RJU pelos governos federal, estaduais e municipais, mas foi alvo de questionamento em 2007 no Supremo por partidos de esquerda, como PT e PDT. Isso fez com que por 17 anos as contratações do poder público fossem em sua grande maioria realizadas por meio do RJU. No entanto, a decisão de novembro do Supremo abre espaço para que União, governos estaduais e prefeituras contatem funcionários por meio do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e adequem o número de funcionários de acordo com necessidades fiscais ou organizacionais, por exemplo. As mudanças valem apenas para contratações futuras, sem efeitos retroativos.

Porém, para entrar em vigor, a decisão ainda depende da publicação de acórdão, que por sua vez aguarda a

ministra do STF Cármen Lúcia depositar o seu voto. Ela tinha 60 dias para isso, mas pediu prorrogação. Não há novo prazo para que isso ocorra.

Em nota, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) afirma justamente que espera a publicação do acórdão "para, em atuação conjunta com a Advocacia-Geral da União (AGU), estudar os desdobramentos e avaliar como o Poder Executivo deverá proceder".

No entanto, diz que a "multiplicidade de regimes" permitida pela decisão do Supremo "irá gerar enorme fragmentação, opacidade e até uma abertura para um desmonte do serviço público estável e profissionalizado que conhecemos hoje em todo o país". A pasta afirma que a estabilidade é o fator que, independentemente "da troca de

Sempre houve opções híbridas de contratação além do regime único Élda Graziane P governo, que assegura a integridade dos processos e a continuidade do funcionamento do Estado e das políticas públicas". Além disso, "confere ao servidor a segurança de que pode fazer denúncias de eventuais malfeitos, tomar decisões sem risco de perseguição política e evitar casos de assédio institucional". O MGI ainda destaca mudanças implantadas pela pasta para avaliar o trabalho dos servidores, como o novo modelo do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que substitui "o controle de frequência pelo controle de resultados, com base nas entregas das unidades organizacionais e no cumprimento de planos de trabalho individuais pelos servidores, ambos alinhados ao planejamento estratégico das instituições".

Para Sérgio Lazzarini, professor do Insper, a decisão do STF é positiva "porque traz mais flexibilidade" para a administração do quadro do funcionalismo. Ele reconhece a importância de que algumas posições tenham "maior estabilidade". Mas afirma que essa maior estabilidade poderia ser direcionada a "dirigentes de órgãos de Estado, agências reguladoras, supervisores, pessoas com cargos de supervisão e em atividades de pesquisa e desenvolvimento".

Já Élda Graziane Pinto, professora de administração pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), diz que a tendência é que a decisão do

STF não mude "muita coisa na gestão de pessoas no setor governamental". De acordo com ela, o RJU "nunca foi totalmente implementado, porque sempre houve opções híbridas de contratação, a depender, por exemplo, de se era uma empresa estatal ou fundação privada criada" pelo poder público. Além disso, a Justiça do Trabalho "entende que os **servidores públicos**" contratados por meio da CLT "também têm direito a um processo administrativo formal, para evitar perseguição política e abusos".

"Por essa razão, a demissão sem justa causa no serviço público brasileiro nunca foi absolutamente semelhante à da iniciativa privada", afirma, minimizando possíveis impactos sobre a estabilidade dos servidores.

Na avaliação de Eduardo Ubaldo, sócio do Ubaldo e Rabelo Advogados, mestre e doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), "é possível enxergar o copo meio cheio". Ele afirma que "a flexibilização advinda da contratação via CLT pode eliminar barreiras burocráticas e proporcionar uma gestão

potencialmente mais eficiente e mesmo mais barata", beneficiando principalmente os municípios pequenos. Ubaldo também destaca outros possíveis pontos positivos, como "um alívio no déficit previdenciário".

Mas diz que é preciso que Executivo e Legislativo regulamentem de forma "completa" e "com celeridade" a questão, estabelecendo por exemplo "critérios claros sobre as hipóteses de desligamento de servidores, de modo a evitar perseguições políticas de todo censuráveis".

A Confederação Nacional de Municípios afirma que monitora o assunto, o qual também repercute entre servidores e parlamentares. Nessa terça-feira (11), por exemplo, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público realizará na Câmara dos Deputados debate sobre o fim do RJU.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=12§ion=1>

Justiça estadual livra contribuintes de ITCMD sobre distribuição desproporcional de lucro

Por Laura Ignacio - De São Paulo

A Justiça estadual tem livrado os contribuintes da cobrança de ITCMD sobre a distribuição desproporcional de lucro. Levantamento realizado por meio da plataforma Jusbrasil revela que os Tribunais de Justiça de São Paulo, Paraná e Santa Catarina já proferiram, até agora, ao menos nove decisões sobre o assunto e só duas delas foram desfavoráveis aos titulares dos dividendos.

Nos debates sobre a **reforma tributária**, na Câmara dos Deputados, parlamentares tentaram inserir dispositivo favorável à cobrança no Projeto de Lei (PL) nº 108, que padronizará a incidência do imposto sobre heranças e doações. Porém, sem sucesso. O PL ainda será analisado pelo Senado.

Mesmo sem lei complementar federal para permitir a cobrança sobre a distribuição desproporcional de lucro, alguns Estados, como São Paulo, aplicam autuações por considerar esse tipo de operação como uma espécie de "doação disfarçada". Para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP), nos termos da Lei nº 10.705, de 2000, a medida, sem fundamento contratual, configura fato gerador do ITCMD.

Além disso, destaca a PGE-SP em nota ao Valor, "conforme o artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, a autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo". Segundo o órgão, há inclusive jurisprudência nesse sentido, da primeira e segunda instâncias da Justiça paulista (processos nº 1089011-58.2023.8.26.0053 e nº 1087688-18.2023.8.26.0053).

O advogado Caio Malpighi, tributarista do escritório Vieira Rezende Advogados, que fez o levantamento na Jusbrasil, defende que o artigo 1.007 do Código Civil autoriza a distribuição desproporcional de lucro. O dispositivo estabelece que o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas cotas, salvo disposição em contrário. "Por isso, para evitar impactos tributários, orientamos haver a previsão da possibilidade de distribuição desproporcional no

contrato social", diz.

Porém, para Malpighi, mesmo a ausência de estipulação contratual não justifica a incidência do ITCMD. "Porque não é doação, é lucro decorrente de atividade empresarial", afirma. Ele cita, como exemplo, o caso de um sócio que levou clientela para a empresa e os demais sócios deliberaram que ele merece ganhar mais por causa disso. "Existe, nesse caso, uma justificativa para a desproporcionalidade. Essa deliberação justificada pode ser registrada em ata", diz.

Da jurisprudência, o tributarista destaca uma recente decisão da 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) favorável aos contribuintes. No caso, os quatro sócios de uma empresa metalúrgica familiar receberam lucros desproporcionais ao número de cotas que possuem, resultado de uma operação não onerosa realizada pelo sócio majoritário.

"Trata-se de ato atinente à liberdade negocial dos sócios de distribuírem os lucros como entenderem pertinente, desde que seguindo as previsões contratuais, de forma que o valor não chega a integrar o patrimônio do sócio majoritário para, após, ser transferido ao patrimônio dos demais - uma vez verificado o lucro, ele é repassado diretamente aos sócios conforme combinado", afirma em seu voto o relator, Alexandre Moraes da Rosa (processo nº 5005960-13.2022.8.24.0008).

Por meio de nota, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina informa que foi cientificada da decisão e que é o primeiro processo a respeito da matéria. "Portanto, os procuradores responsáveis estão estudando o tema para oferecer a defesa do Estado", diz a nota.

Também são recentes duas decisões desfavoráveis aos contribuintes da 4ª e da 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). "Ainda que a legislação permita aos sócios definir no contrato a hipótese de distribuição desproporcional de dividendos ou lucros, fato é que deve haver uma razão negocial para tanto, sob pena de se caracterizar como

mera liberalidade, característica intrínseca da operação de doação. E, no caso em debate, de fato, restou caracterizada a liberalidade", afirma em seu voto o relator de um caso na 4ª Câmara, desembargador Paulo Barcellos Gatti (processo nº 1089011-58.2023.8.26.0053).

Sociedades precisam registrar em ata motivações da desproporção"

- Carlos Schenato

No caso, uma holding familiar de projetos e empreendimentos com patrimônio líquido de R\$ 65 milhões era dividida da seguinte forma: o pai detinha 70%, a mãe 28% e dois filhos 1% cada um. Contudo, na distribuição de R\$ 52 milhões, os filhos ficaram com R\$ 24 milhões cada e os pais com R\$ 2 milhões cada. Como se os filhos tivessem individualmente 45% do capital social.

A outra decisão do TJSP contrária aos contribuintes também é relativa a uma holding familiar. No caso, a 6ª Câmara destacou o fato de o titular de apenas 0,13% das cotas ter recebido R\$ 208 mil em vez de R\$ 4,4 mil em dividendos (apelação nº. 1087688-18.2023.8.26.0053).

"Todas as sociedades que têm adotado a distribuição de dividendos de acordo com a participação dos sócios no resultado precisam redobrar o cuidado para registrar as motivações de eventual desproporcionalidade em ata", diz Carlos Schenato, sócio do Mendes Advocacia. "A legislação estadual paulista não fala especificamente sobre distribuição desproporcional de dividendos, mas determina que doação por liberalidade deve ser tributada pelo ITCMD."

Schenato lembra também que, a partir do momento em que há divergência nos tribunais estaduais, pode-se recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para pacificação da dúvida. A Corte só não pode reanalisar fatos.

Para a tributarista Maria Paula Molinar, do Candido Martins Advogados, o que chamou mais a atenção sobre a recente decisão da 4ª Câmara do TJSP é que, embora as partes envolvidas no caso, tenham relação de parentalidade, a decisão não dá enfoque ao vínculo entre os sócios. "Os desembargadores entendem a distribuição desproporcional de lucro como doação por ausência de propósito negocial para que determinadas pessoas recebam de maneira diferenciada, o que extrapola os limites legais", afirma.

Segundo Alamy Candido, sócio-fundador da banca, se há um lucro contábil reconhecido no balanço e regra

prevista no estatuto permitindo a desproporcionalidade, não é preciso dar justificativa econômica. "Mas o reconhecimento dessa exigência de propósito negocial poderá gerar força para os demais Fiscos do país adotarem o mesmo procedimento do Fisco paulista", diz.

Ele acrescenta que, esse argumento, "ainda pode passar a ser usado pela autoridade fiscal federal para reconhecer dividendos distribuídos desproporcionalmente como rendimento tributável e passar a cobrar Imposto de Renda". "Pode dar um poder para a caneta do fiscal que hoje ele não tem."

A alíquota do ITCMD varia de Estado para Estado. Em São Paulo e no Paraná, por exemplo, é fixa em 4%. Em Santa Catarina era de 8% mas, com edição da Lei nº 19.053/2024, passou a ser progressiva de 1% (até R\$ 20 mil), 3% (entre R\$ 20.000,01 e R\$ 50 mil), 5% (entre R\$ 50.000,01 e R\$ 150 mil) e 7% (acima de R\$ 150 mil). A **reforma tributária** impôs a progressividade para todos os Estados, que devem instituir leis estaduais nesse sentido.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=1§ion=1>

"Dor econômica" breve de Trump é vista com desconfiança nos EUA

A economia dos Estados Unidos está em uma situação instável - um momento necessário de turbulência, afirma o governo Trump, à medida que reformula o governo federal com demissões, cortes de verbas e novas e turbulentas políticas tarifárias. "Um período de desintoxicação", chamou o secretário do Tesouro, Scott Bessent, na sexta-feira.

Mas a questão para muitos americanos, que já estão se sentindo desanimados com a economia e com seu futuro financeiro, é: será que eles estão dispostos a passar pelo sofrimento de preços mais altos e perda de empregos, mesmo que seja temporário, com a promessa de tempos melhores no futuro?

"Já há um colapso total da confiança, não apenas entre os consumidores, mas também entre os investidores e os mercados financeiros", disse Bernard Baumohl, economistachefe global do Economic Outlook Group. "As empresas não conseguem entender o que está acontecendo em Washington." E os americanos estão cada vez mais desanimados com as políticas econômicas do presidente Donald Trump, com as medidas de sentimento do consumidor caindo no mês passado para o nível mais baixo em 15 meses, mesmo com os CEOs permanecendo otimistas. Uma pequena maioria dos americanos, 53%, desaprova a maneira como Trump está lidando com a economia, de acordo com uma pesquisa nacional do Washington Post-Ipsos realizada em meados de fevereiro.

O progresso da **inflação** estagnou recentemente, e os economistas alertam que as novas tarifas que entraram em vigor na semana passada podem elevar rapidamente os preços de vários produtos essenciais. O crescimento do número de empregos também desacelerou - os empregadores dos EUA criaram 151 mil vagas em fevereiro, abaixo das 222 mil de um ano antes, de acordo com dados divulgados na sexta-feira. E, o que é crucial, o número de pessoas desempregadas ou subempregadas subiu para 8% em fevereiro, o nível mais alto em mais de três anos.

Trump e seus principais assessores reconheceram a perturbação econômica, dizendo na sexta-feira que "pode haver algum distúrbio". Mas deixaram de lado as preocupações de que a recente turbulência econômica poderia se transformar em algo pior. "Não acho que seja uma mudança radical.

É apenas um ajuste de curso necessário", disse Bessent em uma entrevista à CNBC na sexta-feira.

A Casa Branca apontou os novos investimentos de empresas americanas e estrangeiras como prova de que o plano econômico está funcionando.

Na semana passada, a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company e a gigante francesa do transporte marítimo CMA CGM Group disseram que estavam dobrando suas operações nos EUA - investindo US\$ 100 bilhões (R\$ 579 bilhões) e US\$ 20 bilhões (R\$ 115,8 bilhões), respectivamente - nos próximos quatro anos.

"A abordagem de todo o governo desta administração para reduzir **impostos**, reverter regulamentações, avançar nossa infraestrutura de energia e nivelar o campo de atuação das empresas americanas é fundamental para o Great American Comeback (grande retorno americano, em tradução livre)", disse o porta-voz da Casa Branca, Harrison Fields, em um e-mail.

INCERTEZAS. Mas grandes incertezas também permanecem.

O governo Trump impôs tarifas abrangentes sobre produtos da China, do México e do Canadá na terça-feira, apenas para reverter certas disposições para as montadoras na quarta-feira e oferecer uma isenção mais ampla para algumas importações do Canadá e do México um dia depois. Espera-se que essas isenções expirem em 2 de abril, o mesmo dia em que as tarifas recíprocas sobre todos os produtos importados estão programadas para começar.

Essas vacilações perturbaram os empresários e agitaram os mercados financeiros, com o S P 500 registrando sua pior semana em seis meses.

"Estamos começando a ver o ponto fraco da economia", disse Diane Swonk, economistachefe da KPMG. "Não é surpresa que os consumidores estejam chateados: o crescimento dos salários diminuiu, as pessoas estão trabalhando menos horas e os preços ainda estão elevados. Eles estão sentindo o aperto." O descontentamento dos americanos com a economia ajudou Trump a vencer a eleição em novembro, e as pesquisas dos últimos meses mostram que parcelas

semelhantes de americanos acham que a economia continua em má situação. Mais de nove em cada dez americanos dizem ter opiniões negativas sobre os preços dos alimentos, enquanto mais de sete em cada dez se sentem insatisfeitos com a renda dos americanos médios, segundo a pesquisa Post-Ipsos.

Enquanto isso, sinais de alerta econômicos estão se acumulando, levando alguns analistas a expressar temores de recessão. Pedidos de fábrica estão diminuindo, empresas estão contratando menos e consumidores estão se retraindo. Baumohl, do Economic Outlook Group, diz que suas previsões mostram uma chance de 60% de desaceleração econômica até julho. Outros estão alertando sobre a "estagflação", uma economia em desaceleração combinada com o aumento da inflação, que o país não experimenta há cerca de 50 anos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Freada brusca nos EUA deixa de ser "impensável"

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, "detesta prever" coisas como uma recessão, ainda que tenha admitido que haverá um "período de transição". Mas a escalada de sua guerra comercial e as demissões em massa nos órgãos federais estão levando especialistas a considerarem mais plausível uma freada na maior economia do mundo.

-O risco de recessão é definitivamente maior por causa da sequência das políticas de Trump de tarifas primeiro e cortes de **impostos** depois - disse à Bloomberg Tracy Chen, gestor de portfólio na Brandywine Global Investment Management.

Em nota a clientes, o economista-chefe do banco americano Goldman Sachs, Jan Hatzius informou que reduziu drasticamente sua estimativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, de 2,4% para 1,7%.

A atual projeção da unidade de Atlanta do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) para o PIB do primeiro trimestre é de queda anualizada de 2,4%. Seria a primeira retração trimestral desde 2022.

-O mercado passou da exuberância sobre o crescimento para o desespero absoluto - disse à Bloomberg Gennadiy Goldberg, chefe de estratégia de juros da TD Securities. - Há apenas algumas semanas, estávamos recebendo perguntas sobre se achávamos que a economia dos EUA estava reacelerando. Agora, de repente, aquela palavra com "R" (recessão) está sendo mencionada repetidamente.

Se uma recessão nos EUA se materializar em 2025, o que o Barclays vê como "improvável, mas não mais impensável", ela será puxada pela desaceleração do consumo, afirmaram em nota, na sexta-feira, estrategistas do banco. "Cada vez mais vemos uma retração em larga escala nos gastos impulsionada pela incerteza sobre tarifas, demissões do Doge (o Departamento de Eficiência Governamental, liderado pelo bilionário Elon Musk) e fraqueza nas ações como um risco não trivial."

ALTA DE PREÇOS

A **inflação** é um dos fatores que podem levar os consumidores a fecharem a carteira. Em janeiro, avançou 3% na comparação anual, acima da meta do Fed, de 2%. Dados de fevereiro serão divulgados

amanhã, e as projeções apontam que ficará em 2,9%. As tarifas sobre importações da China, já em vigor, tendem a elevar mais ainda os preços, assim como o cerco à imigração, que garante mão de obra barata para empresas. (Com Bloomberg News e agências internacionais)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB nominal menor eleva pressão na dívida pública

O crescimento nominal abaixo do esperado do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024, divulgado na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve pressionar a dívida pública para cima em aproximadamente 0,4 ponto percentual, nos cálculos de economistas ouvidos pelo Valor.

"O cenário fiscal já era bastante desafiador antes de conhecermos essa estatística", diz Fábio Serrano, economista do BTG Pactual. "É apenas mais um fator pressionando as projeções."

Conforme publicado na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o **PIB** cresceu, já descontada a **inflação**, 3,4% no ano passado. Já o de-flator, uma espécie de índice de **inflação** que reajusta os valores do produto, teve alta de 3,8%. Com isso, o **PIB** nominal encerrou o ano passado em R\$ 11,475 trilhões - aproximadamente 0,5% abaixo dos R\$ 11,8 trilhões usados pelo Banco Central (BC) para calcular a dívida bruta do governo geral (DGBB) no fim do ano passado. Por causa das diferentes frequências de divulgação da dívida pública (mensal, pelo BC) e do **PIB** (trimestral, pelo IBGE), a autoridade monetária usa uma espécie de proxy para projetar o **PIB** nominal. Com isso, o BC calculava que a DBGG, principal indicador do estoque da dívida pública, terminou 2024 em 76,1%, sempre em relação ao **PIB**. Mas, de acordo com a divulgação oficial do IBGE, a tendência é que a autoridade monetária revise a DBGG para 76,5%.

"O deflator foi a principal surpresa", diz Serrano, lembrando que os 3,8% do indicador são um número menor do que o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano passado, que ficou em 4,83%.

Economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria afirma que "o baixo deflator reflete a **inflação** média ao produtor mais baixa na maior parte do ano".

"A desvalorização cambial só acelerou no fim do ano e ainda não fez impacto no deflator", diz. "Além disso, parte da **inflação** ao consumidor foi decorrente de aumento de **impostos**."

A tendência é que a incorporação dessas informações nos cálculos da DBGG pelo BC seja feita apenas na divulgação de estatísticas fiscais referente a fevereiro. Caso o número se confirme, a DBGG terá subido 4,9

pontos percentuais desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No ano passado, sem levar em conta o impacto do deflator mais baixo do que o esperado, a alta foi de 2,2 pontos percentuais. O principal fator altista, de acordo com a autoridade monetária, foi a incorporação de juros nominais, que pressionou a dívida pública para cima em 7,5 pontos percentuais ao longo de 2024. Desde julho do ano passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros de 10,5% para 13,25% sempre em termos anuais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=12§ion=1>

Retaliações da China e Canadá intensificam guerra comercial

A guerra comercial lançada pelo presidente Donald Trump se intensificou ontem, com retaliações da China e da província canadense de Ontário contra os EUA, e da China contra tarifas do Canadá sobre seus carros elétricos. Essa crescente tensão comercial alavancou os temores de que os aumentos de tarifas, os cortes de gastos e as mudanças geopolíticas de Trump podem levar a maior economia do mundo a uma recessão.

Em meio à forte queda nos mercados de ações - o índice S P 500 fechou em baixa de 2,7% - a Casa Branca buscou minimizar os temores de uma contração do **PIB** no primeiro trimestre e preocupações com a **inflação**. Em uma entrevista à CNBC, Kevin Hassett, que lidera o Conselho Econômico Nacional, disse que havia muitos motivos para estar otimista sobre a economia dos EUA. Segundo ele, as tarifas de Trump sobre o Canadá, China e México já estavam tendo o efeito pretendido de trazer a indústria e os empregos de volta aos EUA.

Hassett disse que com certeza haveria "alguma turbulência" neste trimestre, decorrente dos efeitos da rápida implementação das tarifas de Trump e do que ele chamou de a "herança de Biden".

Trump e sua equipe têm repetidamente criticado a economia que herdaram do democrata Joe Biden. Mas quando Trump assumiu o cargo em janeiro, o crescimento do **PIB** havia excedido amplamente a tendência por dois anos, os gastos do consumidor estavam fortes e o desemprego ainda estava perto de baixas históricas.

Vários indicadores recentes, no entanto, apontam para uma tendência de desaceleração, e a pesquisa de expectativas do consumidor do Fed de Nova York, divulgada ontem, revelou que as famílias americanas estão "mais pessimistas com relação a sua situação financeira para o ano que vem em fevereiro, enquanto as expectativas de desemprego, inadimplência e acesso ao crédito se deterioraram notavelmente".

Desde ontem, uma série de produtos agrícolas americanos, desde frango e carne bovina até grãos, está sujeita a novos **impostos** chineses de 10% a 15%. Os carregamentos que partiram antes de segunda-feira e que chegarem à China por volta de 12 de abril estarão isentos, como parte de um esquema

de transição, segundo Pequim.

A China anunciou a retaliação logo após uma nova tarifa adicio-

"China busca dissuadir outros países de seguirem políticas de Trump" Bert Hofman nal de 10% imposta por Trump sobre todos produtos chineses entrar em vigor em 4 de março.

Pequim surpreendeu no fim de semana ao anunciar planos de impor uma tarifa de 100% sobre o sobre o óleo de colza e as ervilhas exportados pelo Canadá, além de uma de 25% sobre a carne suína e outros produtos agrícolas do país, a partir de 20 de março. Para justificar a medida, o governo chinês citou a decisão do Canadá, em outubro, de impor tarifas sobre veículos elétricos e metais chineses, que considerou uma violação das regras do comércio internacional.

Uma forma de interpretar a medida contra o Canadá é que se trata de um método da China para "tentar dissuadir países de alinharem suas políticas comerciais às de Trump", disse Beit Hofman, professor do Instituto do Leste da Ásia, da Universidade Nacional de Singapura e ex-economista do Banco Mundial, à "Nikkei Asia".

A rede de TV estatal CCTV chamou as novas tarifas sobre o óleo de colza e outros produtos de "uma forte contramedida contra a escolha errada do Canadá" e um alerta para países que possam querer anunciar tarifas contra a China "em troca de os EUA não imporem tarifas adicionais sobre eles".

A China importou US\$ 46 bilhões em bens do Canadá em 2024, 6% a mais do que no ano anterior, segundo dados da alfândega chinesa. Mas nos últimos anos passou a depender menos das mercadorias canadenses. Por exemplo, do total de óleo de colza importado pela China em 2024, só 0,03% veio do Canadá, uma forte queda em comparação aos mais de 90% que importava em 2016, uma vez que a China passou a comprar mais de outros países, como a Rússia.

Com suas respostas às duas rodadas de tarifas de 10% dos EUA, o governo do presidente da China, Xi Jinping, parece determinado a mostrar que não recuará, apesar dos custos econômicos.

A segunda rodada retaliatória da China abrange mais de US\$ 22 bilhões em importações provenientes dos EUA, uma escalada em relação aos US\$ 14 bilhões em fontes de energia importadas dos EUA taxadas em fevereiro.

Também ontem, Doug Ford, governador de Ontário, a província mais populosa do Canadá, anunciou a cobrança imediata de uma sobretaxa de 25% a 1,5 milhão de lares e empresas americanas em resposta à guerra comercial de Trump. Ontário fornece eletricidade para os Estados de Minnesota, Nova York e Michigan.

Ford disse que o adiamento de um mês das tarifas de Trump significa nada além de mais incerteza. A província do Quebec também está considerando tomar medidas semelhantes com as exportações de eletricidade para os EUA

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188136?page=12§ion=1>

Brasil negocia aumento da cota de exportação de açúcar para os EUA

Rafael Walendorff e Estevão Taiar De Brasília

O governo brasileiro colocou na mesa de negociação com os Estados Unidos a ampliação da cota de exportação de açúcar ao mercado norte-americano. Pleito antigo do setor nacional, maior produtor mundial, o assunto ganhou força em Brasília como uma possível moeda de troca diante da pressão do presidente Donald Trump por redução na tarifa de 18% cobrada pelo Brasil sobre o etanol norte-americano.

Outras sugestões em avaliação na Esplanada dos Ministérios são o aumento da cota para exportação de carne bovina e a abertura de mercado para embarque de limão pelo Brasil. Os temas serão negociados em bloco, não por setor, e a nível de governos, disseram fontes a par do assunto. As discussões envolvem ainda o possível tarifaço contra o aço e o alumínio brasileiros e são coordenadas pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e vice-presidente, Geraldo Alckmin.

Atualmente, a cota preferencial de açúcar para acesso ao mercado norte-americano pelo Brasil é de 146,6 mil toneladas isentas de **impostos**, divididas entre 39 empresas do Nordeste do país. Há alguns anos, o governo tenta ampliar essa quantidade para algo em torno de 300 mil e 400 mil toneladas, mas enfrenta resistências. Não há confirmação se o pedido foi mantido nesse patamar.

Em 2024, as exportações brasileiras para os EUA somaram 876,7 mil toneladas e quase US\$ 440 milhões. Acima da cota, o produto é taxado em cerca de 80%. Produzido em 26 Estados norte-americanos, o açúcar é considerado um produto "superprotegido" e de difícil negociação por pessoas que acompanham o tema em Brasília.

A avaliação dos técnicos do governo é que o açúcar tem relação direta com o etanol, produto para o qual os norte-americanos querem mais espaço no Brasil, o que pode justificar o atendimento ao pedido desta vez. "Etanol e açúcar para o Brasil são indissociáveis", disse uma fonte. Isso porque a maior parte do biocombustível brasileiro é produzida a partir da cana. Nos EUA, porém, o etanol é feito de milho, o que baliza argumentos do outro lado da mesa sobre efeitos em indústrias diferentes no caso da ampliação da cota.

O assunto já foi tratado na videoconferência do vice-presidente Geraldo Alckmin com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick. Na ocasião, o governo brasileiro propôs a criação de um grupo de trabalho para tratar das relações comerciais entre os países.

"A estratégia é tentar ter alguma moeda de troca na questão do etanol caso se encaminhe para ter uma redução de tarifa do lado brasileiro", disse uma fonte do governo. A conquista de mais espaço para o açúcar seria uma forma de "compensação", avaliou.

Em entrevista à 'Rádio CBN' ontem, Alckmin citou o açúcar como um dos produtos brasileiros com taxa elevada pelos EUA. "Nos Estados Unidos, o imposto de importação [sobre etanol] é 2,5%. O nosso é 18%. É verdade. Só que no caso do açúcar, eles têm uma pequena cota [de isenção para as exportações brasileiras], e o que passa dessa cota é [taxado] em 90% praticamente", disse.

Não há definição de como será o processo. Uma das soluções pode ser negociar a abertura de uma cota isenta para o etanol americano em troca da ampliação da cota de açúcar, por exemplo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Alckmin defende redução de ICMS para alimentos

Com a implementação do pacote de medidas anunciado pelo governo federal, na semana passada, para reduzir o preço dos alimentos no país, o Planalto agora busca pressionar os estados para reduzirem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de determinados produtos para conter a alta de preços. Ontem, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, disse que a isenção do ICMS pode causar um efeito positivo para o preço dos alimentos em um período de tempo mais curto.

"Nós entendemos a realidade de cada estado, por isso não é obrigatório. É uma proposta.

E também não precisa zerar todos, porque isso vai passar. Na hora em que o dólar se mantiver nesse patamar e o clima melhorar, e a safra vai ser recorde esse ano, isso vai melhorar. É transitório", disse o vice, em entrevista à rádio CBN.

O governo federal decidiu, no último dia 6 de março, zerar o imposto de importação de nove produtos alimentícios considerados essenciais. No entanto, especialistas dizem que a decisão teria pouco efeito prático para o preço final dos produtos, visto que a maioria é produzida dentro do país. Sobre esse argumento, Alckmin defendeu que a medida pode trazer efeitos práticos a curto prazo. "Eu não posso reduzir todos os ICMS, mas eu posso (reduzir) de algum produto. O que puder fazer, ajuda. O governador do Piauí (Rafael Fonteles) já disse que vai reduzir, no mês que vem, já vai estar zerado o ICMS de boa parte da cesta básica. Vamos aguardar", acrescentou.

Além da isenção do imposto de importação, o governo também anunciou outras medidas no pacote para reduzir o preço dos alimentos, como o aumento de estoque da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que serve para evitar flutuações muito elevadas dos preços praticados internamente

Resposta política Na avaliação do presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) e professor da FIA Business School, Claudio Felisoni, as medidas anunciadas por Lula podem ser consideradas muito mais uma resposta política, do que propriamente uma resposta econômica à alta de preços. "A questão do imposto de importação vai afetar, basicamente,

produtos de custo mais elevado e que, portanto, não têm um impacto significativo na cesta básica", considera.

Com a **inflação** crescente, o especialista acredita que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve vir mais forte em fevereiro, especialmente no setor de alimentos "Então, tudo isso repercute, também, em preços, e acredito que esse movimento ascendente dos preços permanece e devemos ter uma notícia não muito agradável ainda este mês", completa Felisoni.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/11/all.pdf>

Mercado sofre efeito Trump

A gentes financeiros, no Brasil, mantiveram o pessimismo, ontem, em meio a novos desdobramentos da guerra comercial deflagrada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e declarações polêmicas do republicano sobre os riscos de uma recessão da maior economia do planeta. O dólar fechou o dia com alta de 1,07%, cotado a R\$ 5,852 para a venda, maior valor registrado em março, em meio à queda da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), acompanhando as bolsas norte-americanas. O Ibovespa, principal indicador da B3, recuou 0,41%, para 124.519 pontos.

Em entrevista à Fox News, no domingo, Trump admitiu que os Estados Unidos podem atravessar um período de recessão por conta do impacto das medidas tarifárias que ele prometeu aplicar sobre os produtos importados dos principais parceiros comerciais, como Canadá, México e China. Desde que voltou para o comando dos EUA, o republicano tem anunciado uma série de tarifas sobre os principais parceiros comerciais, devido à resposta ineficiente no combate à imigração irregular e à entrada de fentanil no país, e admitiu que o país passará por um "período de transição" por conta dessas medidas. "Eu odeio prever coisas assim. Há um período de transição, porque o que estamos fazendo é muito grande. Estamos trazendo riqueza de volta para a América. Isso é uma grande coisa. E leva um pouco de tempo, mas acho que deve ser ótimo para nós", disse (Leia mais na página 9).

"A fala de Donald Trump pegou os investidores de surpresa, ao admitir que os EUA podem entrar em recessão em breve. Por mais que exista esse questionamento, sobre a chance no médio prazo, quando o presidente fala, aumenta a atenção de todos", explicou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Segundo ele, os investidores estão atentos aos movimentos dos empresários norte-americanos buscando fornecedores alternativos aos México, ao Canadá e à China, "algo que encarecerá a produção, puxando preços para cima dos produtos no mercado norte-americano, e, possivelmente, exigindo um corte no quadro de funcionários", acrescentou.

Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad, lembrou que o aumento do sentido de aversão ao risco no pregão de ontem foi marcado pelas quedas acentuadas nas bolsas norte-americana e pela queda na curva de rendimentos dos títulos do Tesouro dos

Estados Unidos, os treasuries.

"Os juros dos títulos de 10 anos recuaram cerca de 10 pontos-base, evidenciando essa tendência. O tema das tarifas permanece no radar, e a incerteza sobre a implementação da política tarifária pela administração de Donald Trump, somada às retaliações dos países afetados, continua minando a confiança dos consumidores e do setor privado nos EUA", destacou.

Analistas lembram ainda que, amanhã, dois importantes indicadores de **inflação** do mês de fevereiro devem ser divulgados e isso aumenta a volatilidade, tanto no mercado doméstico, quanto no exterior: o Índice de Preços ao Consumidor (CPI), nos Estados Unidos, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Outra questão que gera instabilidade é o fato de Brasil e Estados Unidos também atravessarem problemas orçamentários.

Enquanto o Congresso brasileiro ainda não deu início ao processo de apreciação do Orçamento de 2025, nos EUA, três meses após o último drama orçamentário, o governo de Trump enfrenta uma possível paralisação dos serviços públicos. (Com informações da AFP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/11/all.pdf>

Temor de recessão e incertezas sobre tarifaço derrubam Bolsas

Os mercados de ações voltaram a cair ainda mais ontem, com investidores ao redor do mundo preocupados com a saúde da economia americana e empresas se preparando para os efeitos das tarifas impostas pelo presidente Donald Trump sobre o comércio global.

Só a Nasdaq, que concentra as ações de empresas de tecnologia, recuou 4% no dia, enquanto S P e Dow Jones perderam 2,7% e 2,08%, respectivamente. Entre os principais papéis, Tesla despencou 15,4%, apagando o ganho registrado desde a eleição presidencial nos EUA. Meta e Apple caíram mais de 4%. Também houve impacto nas ações dos bancos americanos, com Morgan Stanley derretendo 6,37%; Wells Fargo, 6,01%; e Goldman Sachs, 5%, entre outros.

Em Londres, o índice FTSE 100 fechou em baixa de 0,92%, enquanto o DAX alemão recuou 1,75%. No Brasil, o Ibovespa, principal termômetro da B3, caiu 0,41%, e o dólar foi a R\$ 5,85 - alta de 1,07% no dia.

"Os mercados estão assustados com a incerteza que a retórica tarifária está trazendo", disse Andrew Brenner, chefe de renda fixa internacional da National Alliance Securities.

Analistas do JPMorgan Chase disseram em um relatório que havia um "risco materialmente maior" de recessão global neste ano por causa de "políticas extremas dos EUA".

Eles colocaram a probabilidade de tal recessão em 40%. Já estrategistas do Goldman Sachs aumentaram as chances de uma recessão nos EUA no próximo ano para 20%, citando "mudanças de política como o risco principal". Em uma entrevista à Fox News que foi ao ar neste domingo, Trump se recusou a descartar a possibilidade de que suas políticas causariam uma recessão.

Nas últimas semanas, ele ameaçou, impôs, suspendeu e retomou tarifas sobre os maiores parceiros comerciais dos EUA: Canadá, México e China.

As mudanças, incluindo isenções de última hora para algumas montadoras e produtos de energia, levaram a uma maior incerteza, enervando os investidores. "A

volatilidade do mercado tem muito menos a ver com as más notícias das tarifas e muito mais com a incerteza das tarifas, especialmente a incerteza quanto à política, para onde ela está indo", disse David Bahnsen, diretor de investimentos do Bahnsen Group.

Numa tentativa de acalmar o mercado, o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, descartou a possibilidade de recessão. "Não haverá recessão nos EUA. As tarifas globais serão aplicadas porque o presidente Trump disse: 'Vocês querem cobrar 100% de nós? Então, vamos cobrar 100% de vocês'", declarou, em entrevista à NBC News.

Um relatório sobre **inflação** previsto para esta semana será observado de perto, já que pesquisas com consumidores sugerem que eles esperam aumentos de preços, sinal preocupante para o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que tenta reduzir a **inflação** no País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A dança dos problemas em 40 anos de democracia

Há 40 a nos, quando o regime militar estertorava e o país aguardava o início da nova era democrática, garantir comida era a principal preocupação da população.

Uma pesquisa feita pelo Ibope nas regiões metropolitanas, publicada pelo jornal "Gazeta Mercantil" e revista "IstoÉ", foi a campo para sondar o que mais angustiava o país que Tancredo Neves ia assumir. Era dezembro de 1984. Tancredo não assumiu, Ibope e "Gazeta Mercantil" não existem mais e a "IstoÉ" desapareceu no formato impresso, mas a pesquisa de então é uma cápsula do tempo que permite ver como os problemas de então se transformaram.

Outros se criaram, nada propriamente se perdeu.

Quase a metade dos pesquisados - 48,6 % - disseram que a segurança alimentar deveria ser tratada como a prioridade máxima. A segurança pública vinha em segundo lugar, com 20,7%. Problemas sociais, como educação, saúde e habitação, somavam 24%.

A alimentação era um drama porque nela convergiam duas tragédias nacionais, a fome e a **inflação**. Dados da FAO apurados na década de 80 mostravam a dimensão da fome. Havia 15% da população com desnutrição em 1981, e não há porque imaginar que este percentual teria se reduzido em 1985, ano para o qual não há estatística disponível. Isso equivaleria a 18 milhões de pessoas, considerando a população total de 136 milhões de brasileiros há 40 anos. Hoje são 8 milhões nessa situação, ou 3,9%.

Já a **inflação** anual estava em 242,2%. Em fevereiro de 1985 o índice mensal bateu em 10%. Era um país de mais famintos com **inflação** fora de controle. Hoje vivemos em um país onde a fome ainda persiste, mas bem menos disseminada e com uma **inflação** que incomoda por estar no patamar anual de 5% (8% no caso de alimentos).

A **inflação** explica boa parte da abrupta queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas pesquisas recentes assemelhadas com a de 40 anos indicam que a alta nas gôndolas não é vista como o principal problema nacional. A distância no tempo recoloca a proporção entre a crise de 1985 e a atual, ainda que o incômodo com a **inflação** esteja

crescendo de modo acelerado.

Na Genial/Quaest de janeiro, a violência foi a preocupação principal dos pesquisados, com 26%. A economia vem em segundo, com 21%. Na pesquisa Bloomberg/Atlas de fevereiro a criminalidade também é apontada como principal problema (54%), enquanto economia e **inflação** são lembrados por 35%.

A violência urbana há 40 anos estava em patamar ligeiramente inferior ao atual, quando se observa a taxa de homicídio por 100 mil habitantes. Explicações alheias às políticas de segurança pública podem explicar a variação, entre elas a subnotificação. Não há por que achar que a situação nos anos 80 era melhor, salvo em um ponto: o avanço do crime organizado de lá pra cá disseminou no país um controle territorial antes mais localizado no Rio de Janeiro.

A redemocratização do país tornou-se, portanto, bastante relativa para quem mora em locais como Pirambu, em Fortaleza, onde uma facção criminosa ordenou nesse fim de semana o corte de serviços de internet, para reforçar seu controle sobre a comunidade. A violência alastrou-se, inclusive nos redutos tradicionais do PT, e a conversão de um país majoritariamente das classes D e E para a classe C tornou a população mais sensível a sobressaltos em 1985 pelo peso asfixiante do pagamento da dívida externa. A proporção entre o estoque de compromissos externos em relação ao **PIB** ultrapassava 50% há quarenta anos, o que levantava suspeitas de "default", como realmente foi o que aconteceu, em 1987.

Hoje a dívida externa não assusta tanto, mas há crescente suspeição sobre a insustentabilidade da dívida pública interna. A dívida doméstica está em torno de 76% do **PIB**. Em 1985, estava em 20%.

O nó fiscal continua. Tancredo em 1985 acreditava ter capital político alto o suficiente para realizar um ajuste rigoroso nas contas e pactuar um acordo com os credores. Encarnava a democracia e contava com aprovação popular superior a 70%. Seu impedimento na véspera da posse e morte um mês depois retirou essas condições de José Sarney, o primeiro presidente civil efetivo. As demandas sociais eram gigantescas, dificilmente administráveis. Sarney a

duras penas terminou o mandato e o entregou para Fernando Collor, um virtual outsider eleitoral, sem base partidária ou social, que montou em 1990 uma equipe de amadores na política.

Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, entre 1993 e 2010, cada um a seu modo, atenderam a demandas sociais com bom resultado na economia. De 2011 para cá há uma sensação de que fórmulas se esgotaram.

Aos 88 anos, o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, protagonista de boa parte da trajetória da Nova República, vaticina: "Este regime aberto em 1985 está sobrevivendo a si próprio. Agora ou realiza uma autorreforma, ou aguarda a ruptura." Nos 40 anos de democracia, desafios sociais e econômicos foram vencidos e a ordem de prioridades na sociedade se alterou, mas há um ponto crítico na crise: o sistema político não parece ser capaz de prover soluções.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188136?page=12§ion=1>

Gleisi assume ministério e promete 'ajudar' pauta econômica de Haddad

VERA ROSA BRASÍLIA

A nova articuladora política do Palácio do Planalto, Gleisi Hoffmann, fez questão de aproveitar a cerimônia de posse na Secretaria de Relações Institucionais, ontem, para fazer um afago ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticado por ela desde o início do governo. Haddad foi o primeiro ministro citado por Gleisi, na tentativa de mostrar que, ao deixar a presidência do PT e ocupar essa cadeira, não será adversária da política econômica conduzida pelo colega.

Em dezembro de 2023, a cúpula do PT classificou o ajuste das contas públicas apresentado por Haddad de "austericídio fiscal". "Tenho plena consciência do meu papel, que é da articulação política", disse Gleisi, olhando para o ministro da Fazenda, sentado na primeira fileira do Salão Nobre do Planalto.

"Estarei aqui, ministro Haddad, para ajudar na consolidação das pautas econômicas deste governo, as pautas que você conduz e que estão colocando novamente o Brasil na rota do crescimento, com emprego e renda".

O ministro da Fazenda foi citado duas vezes no pronunciamento de Gleisi, em um claro sinal de que deseja uma aproximação com ele, após ter exposto, em várias ocasiões, suas divergências com a política econômica.

Ao mencionar o projeto de lei que prevê isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil - a ser enviado na próxima semana ao Congresso -, Gleisi fez novo aceno ao titular da Fazenda.

"Esta medida vai ajudar milhões de brasileiros, com absoluta neutralidade fiscal, como já antecipou o ministro Fernando Haddad", destacou ela.

ÁGUA NA FERVURA. Gleisi substituiu Alexandre Padilha, que na mesma cerimônia tomou posse no Ministério da Saúde no lugar de Nísia Trindade. A solenidade lotou o Salão Nobre com uma plateia que reuniu políticos do Centrão ao PT, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB); do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), além de ministros, governadores e do ex-presidente José Sarney.

Se a temperatura passava de 30 graus ali, no discurso de Gleisi a intenção era a de jogar água na fervura política. Dona de um estilo marcado pelo enfrentamento e estocadas no Centrão, a nova ministra pregou união, disse que chegava para somar, resolver problemas e construir soluções. Chegou a chamar Hugo Motta de "meu presidente".

Leques vermelhos com a inscrição "Gleisi Hoffmann - "O que ela quer da gente é Coragem" - foram distribuídos na cerimônia. Nas rodas de conversa antes e depois da solenidade havia rumores sobre a demora de Lula em concluir a **reforma ministerial**. "Que ninguém se iluda: não chegamos aqui, com a aliança que construímos, para dar errado! Já superamos desafios muito mais difíceis e vencemos", destacou Gleisi.

A nova ministra assume o cargo no momento mais delicado do governo, que enfrenta queda acentuada de popularidade, com a missão de articular alianças de apoio a Lula para seu projeto de reeleição, em 2026. O problema é que partidos como o PP do ex-presidente da Câmara Arthur Lira, que não compareceu às posses de ontem, ameaçam até mesmo deixar a base aliada.

RESISTÊNCIAS. A escolha de Gleisi para Secretaria de Relações Institucionais enfrentou resistências tanto da oposição como de integrantes da base do governo. Para parlamentares, a postura aguerrida da deputada pode ser um empecilho para o governo ampliar sua base e conquistar votos no Congresso.

Na opinião de deputados do Centrão, a pasta das Relações Institucionais deveria ser ocupada por um nome com mais trânsito entre as diferentes forças políticas.

Porém, para interlocutores do Palácio do Planalto, Gleisi deverá amenizar seu perfil, uma vez que estará submetida agora ao chefe do Executivo 'INIMIGO'. Desafeto de Lira quando comandava a articulação política do governo, Padilha disse em seu discurso que nunca teve inimigos, mas, sim, adversários. "Terei sim um inimigo diante do qual não recuarei: os negacionistas", disse o novo ministro da Saúde ao afirmar que apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro têm "as mãos sujas de sangue" desde sua atuação contra a vacina de covid-19.

O discurso de Padilha marca um novo momento do Ministério da Saúde, que, a partir de agora, terá uma visão mais política.

Em sua despedida, Nísia Trindade - que não é filiada a nenhum partido - agradeceu a Lula e disse que saía como "a ministra do SUS".

Mesmo assim, Nísia fez um desabafo. De saída do cargo, ela não escondeu a mágoa com o que chamou de "campanha sistemática e misógina" de "desvalorização" do seu trabalho no período em que comandou a Saúde (mais informações nesta página). "Não é possível e não devemos aceitar como natural um comportamento político dessa natureza", afirmou.

Foi aplaudida de pé. | COLABORARAM SOFIA AGUIAR, GABRIEL HIRABAHASI E LAVÍNIA KAUC

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gleisi chama líderes da Câmara para almoço no Planalto em seu primeiro dia como ministra

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, convidou os líderes de partidos da Câmara para um almoço em Palácio do Planalto, um dia depois da sua posse. Lideranças da base de governo, como PT e PDT, já confirmaram presença. Além do encontro desta terça-feira, Gleisi também poderá se reunir individualmente com líderes.

O objetivo das conversas, além de desenhar prioridades na agenda de votações, será a articulação com as legendas para ampliar o espaço das siglas de centro e aliadas ao governo. Segundo interlocutores, a nova ministra deverá organizar uma nova fase da **reforma ministerial** em acordo com o presidente da Casa, Hugo Motta, e com aval de Lula.

No domingo, véspera da posse, a nova ministra se reuniu com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em Brasília para dar o pontapé inicial nas articulações. No mesmo dia, se encontrou com o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), que chegou a ter o nome cotado para assumir a Secretaria de Relações Institucionais em seu lugar.

Isnaldo foi um dos poucos líderes dos partidos de centro a comparecerem na posse da nova ministra em Brasília. Apesar de ter sido uma cerimônia lotada, em que foi preciso utilizar um salão a mais no Palácio do Planalto para acomodar todos os convidados, poucos líderes de partidos aliados da Câmara e do Senado estiveram presentes.

Ao mesmo tempo em que precisará contornar as desconfianças de partidos da base e de centro, Gleisi terá de lidar com a artilharia que a oposição prepara para surfar na queda de popularidade de Lula. A intenção é pressionar com convocações de ministros e pedidos de informação. Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro têm também como missão destravar a proposta de anistia aos condenados pelos atos do 8 de Janeiro de 2023.

Em seu discurso, Gleisi deu indícios que seu papel na pasta também será o de fazer o enfrentamento à oposição, já tendo em vista a disputa eleitoral de 2026, quando o próprio Lula ou um nome apoiado por ele deve concorrer contra o candidato do bolsonarismo. A

avaliação no Palácio do Planalto é que o governo ficou carente de ministros com perfil mais combativo após a saída de Flávio Dino, no início de 2024, para assumir uma cadeira no Supremo. A aposta é que a nova titular das Relações Institucionais pode exercer esse papel.

- Ao fim da duríssima campanha de 2022, a democracia venceu nas urnas pela vontade popular, e venceu a trama golpista do 8 de janeiro - disse ela, que agradeceu ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, pelas investigações que resultaram na denúncia de Bolsonaro e outras 33 pessoas por suspeitas de envolvimento em uma trama golpista.

Além dos embates políticos, Gleisi assume o cargo no governo com a missão de costurar alianças para a campanha presidencial de 2026, tanto para o caso de Lula disputar um novo mandato como para o de ele indicar outro nome para a sucessão. Um dos motivos citados para que ela fosse a escolhida como ministra foi o trabalho realizado em 2022, quando coordenou a campanha petista e ajudou a articular uma frente ampla de partidos.

Sítio:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/11/gleisi-chama-lideres-da-camara-para-almoco-no-planalto-em-seu-primeiro-dia-como-ministra.ghtml>